



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

19 DE MARÇO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA — DF
DISCURSO POR OCASIÃO DA PRIMEI-
RA REUNIÃO MINISTERIAL

Excelentíssimo Senhor Dr. Aureliano Chaves,
Senhores Ministros de Estado:

Quero, inicialmente, agradecer aos Senhores Ministros as valiosas contribuições que me deram, no desdobramento das diretrizes setoriais que lhes encaminhei.

Proponho-me, agora, a estabelecer um conjunto de normas práticas, nos campos administrativo e político, para a concretização da orientação nelas contidas. Parto do pressuposto de que meus Ministros saberão trabalhar coesos, em equipe.

A ação do Governo visará à melhoria da qualidade de vida do homem brasileiro e à sua valorização, através do aumento de renda; de sua melhor distribuição, entre regiões e indivíduos; e da democratização das oportunidades.

Em qualquer situação, as aspirações de uma sociedade dinâmica excedem, sempre, a capacidade do Estado de concretizá-las a curto prazo. Entretanto, é a pró-

pria sociedade, pelo seu esforço de trabalho e poupança, que cria recursos. Não o Estado.

Cabe a este estimular a sociedade a produzir recursos e — diante de sua escassez crônica — estabelecer prioridades de distribuição, de forma a atender os interesses da maioria.

Nessas condições, a concorrência de projetos desejáveis — mas de execução simultânea impossível — é altamente perturbadora.

No plano internacional, os novos desdobramentos da crise de petróleo seguramente nos desfavorecerão sob dois aspectos:

Primeiro: Seu impacto direto sobre nossas despesas com a importação de petróleo;

Segundo: seus efeitos sobre a inflação e o crescimento mundiais dificultarão nossas vendas ao exterior e encarecerão nossas importações.

Apesar desse quadro de dificuldades, prosseguiremos em nosso esforço de ajuste do balanço de pagamentos, de expansão das exportações, e de adequada administração da dívida pública.

No setor interno, a sociedade reclama um esforço persistente — que não é só do Governo, mas exigirá participação de todos para a redução substancial da taxa de inflação.

Assim faremos.

No capítulo dos gastos federais, o presidente Ernesto Geisel já havia determinado, pelo Decreto-lei n.º 1.678, os cortes significativos e possíveis.

Contudo, eles não implicam a estagnação do desenvolvimento, ou a paralisação das grandes realizações governamentais. Mas exigirão que se extraia a maior pro-

atividade de cada cruzeiro gasto. E permitirão que se moderem as taxas de juros e de expansão monetária.

A intensidade e a rapidez do processo em muito dependerão, entretanto, da cooperação de todos os segmentos da sociedade.

Assim:

— Os empresários precisarão compreender que menos lucros nominais podem significar maiores ganhos globais.

— Apostar na inflação pode resultar em estoques encalhados.

— Banqueiros que emprestam a juros excessivos arriscam o principal.

— A prioridade cronológica da redução das taxas de aumento de preços é motivada, em especial, pelo resguardo dos interesses dos assalariados, que mais sofrem com a inflação, especialmente as camadas de mais baixa renda.

— O combate à inflação é incompatível com reajustes salariais muito acima dos aumentos do custo de vida.

— Na vedade, reivindicações como essas são elitistas, na medida em que só beneficiam minorias e utilizam greves flagrantemente ilegais como instrumentos de pressão.

— Meu Governo examinará todas as fórmulas capazes de conciliar a justiça social com o combate à inflação. Mas não poderá transigir quanto ao cumprimento da legislação em vigor.

Essas observações e as Diretrizes Gerais do Governo levam naturalmente às normas administrativas abaixo, as quais consubstanciam regras de prudente gestão fi-

nanceira. Assim, enquanto durar a prioridade ao combate à inflação, observar-se-á o seguinte:

(I) Os planos setoriais devem amoldar-se aos recursos que a Presidência da República destinar a cada Ministério. Não serão aceitos programas baseados em recursos a definir.

(II) O Orçamento da União estabelecerá as verbas destinadas a cada Ministério, observado, em 1979, o Decreto-lei n.º 1.678. Enquanto a inflação não houver baixado aos níveis do início da década de 1970, todos os excedentes de receita serão esterilizados.

(III) Os empréstimos externos não devem ser considerados fonte elástica de recursos para a realização de planos setoriais. A Presidência da República fixará anualmente, em função das necessidades do balanço de pagamento, o valor total dessas operações. Determinará, também, as empresas estatais autorizadas a recorrer ao mercado externo de crédito e os respectivos montantes. Não se admitirão excessos sobre os valores autorizados.

(IV) O acesso das entidades estatais ao Banco do Brasil e a repasses do Banco Central conter-se-á dentro dos limites aprovados no Orçamento Monetário. Empréstimos com outras entidades oficiais de crédito obedecerão aos orçamentos aprovados pelo Presidente da República.

(V) A tomada de empréstimos pelas entidades estatais junto aos bancos privados que operam no País será disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional.

(VI) Os preços dos bens e serviços das empresas estatais serão reajustados dentro dos tetos determinados pela Presidência da República e pelo Conselho Interministerial de Preços, sob o princípio de ajudar a desacelerar a inflação (jamais a gerar tensões autônomas de custos).

(VII) O aumento de capital das empresas públicas e sociedades de economia mista, mediante subscrição de ações, dependerá de Decreto do Poder Executivo.

A retomada do ritmo de obras e grandes realizações ficará condicionada aos resultados obtidos com as normas acima.

De outra parte, o Governo cobra juros e correção monetária no recolhimento atrasado de impostos e contribuições previdenciárias. Pela mesma razão, deve pagar pontualmente suas obrigações financeiras. Essa condição deverá estar presente na negociação de novos contratos. Conseqüentemente, a partir de data a ser fixada, aplicar-se-ão os mesmos encargos aos eventuais atrasos do Governo Federal e suas entidades.

A disciplina financeira implica definir, ao mesmo tempo, o conceito de prioridade. Prioritário não é o desejável. Prioritários são os objetivos adotados, após o teste de escassez de recursos.

Nas Diretrizes Gerais do Governo declaram-se prioritários, apenas: o desenvolvimento da agropecuária e o combate à inflação. São objetivos naturalmente conciliáveis, sobretudo em vista de os custos de alimentação representarem o componente mais angustiante dos preços.

Certamente, perseguiremos muitos outros objetivos durante minha administração. Mas o conceito de prioridade estabelecerá uma hierarquia prévia entre eles, com o que se evitam conflitos e indefinições.

A prioridade à agropecuária corresponde ao aproveitamento de uma vocação natural do Brasil.

Não pretendemos retroceder à etapa de país predominantemente agrícola, incompatível com o atual nível de renda *per capita*. O de que precisamos é construir uma agricultura moderna, com altos índices de produ-
ti-

vidade, e que aproveite nossa extensão territorial e a disponibilidade de terras férteis.

Muito se conseguiu, nos últimos anos, em termos de ampliação do crédito rural, da política de preços mínimos, do incentivo ao uso de insumos modernos. É essencial, agora, empregar os maiores esforços para encurtar a enorme distância entre os preços pagos ao produtor e os cobrados ao consumidor.

É necessário, por outro lado, baratear os equipamentos e insumos modernos utilizados pela agricultura, trazendo seus preços a níveis semelhantes aos do mercado internacional.

Dentro dessas diretrizes, o desenvolvimento agropecuário atenderá à vários objetivos:

- combate à inflação, pelo alívio dos custos de alimentação;
- ajuste do balanço de pagamentos, pela melhoria das exportações e substituição de importações;
- criação de empregos e menor tendência à urbanização desordenada;
- ocupação de maior extensão do território;
- melhoria da produtividade dos investimentos.

Quanto ao desenvolvimento industrial brasileiro, é fato que, nos últimos cinco anos, ganhamos novo impulso com o programa de substituição da importação de insumos básicos e bens de capital. Naturalmente, a indústria continuará a expandir-se, em função do crescimento econômico do País.

É sobremaneira importante, principalmente nos setores mais recentemente instalados no Brasil, que — o mais rapidamente possível — se alcancem índices de produtividade e de custos, compatíveis com os do mer-

cado internacional. Três razões recomendam esse objetivo:

(I) a competitividade industrial favorece o próprio combate à inflação, uma vez que os componentes de custo se transmitem em cadeia a todos os preços;

(II) o ajuste do balanço de pagamentos exige exportações acentuadamente de produtos primários e de manufaturados.

(III) a indústria nacional ficará menos vulnerável se contar, ao lado do mercado interno, com a alternativa do mercado internacional.

Isso é particularmente importante para as indústrias que fornecem principalmente às entidades estatais. Estas devem sempre dar preferência as fabricantes nacionais. Mas seu nível de dispêndios terá de amoldar-se, necessariamente, ao combate à inflação e ao ajuste do balanço de pagamentos.

Por outro lado, a crise do petróleo, que ameaça desdobrar-se em nova fase, trouxe ao mundo três áspers lições:

(I) em matéria de fontes energéticas não renováveis, nenhum país pode contar, ao mesmo tempo, com estabilidade de suprimento e de preços;

(II) as soluções mais econômicas de curto prazo podem transformar-se nas mais dramáticas a médio prazo, quando associadas a fortes coeficientes de dependência internacional;

(III) a auto-suficiência e a segurança nacional são mais importantes que o simples cálculo imediatista da economicidade.

O impacto dessas lições fica claro quando se nota que os baixos custos do petróleo (antes de 1973) benefi-

ciaram a energia gerada por termoeletricas convencionais. Mas a quadruplicação dos preços do óleo inverteu os termos do problema, favorecendo os países capazes de expandir a produção de eletricidade via geração hidráulica.

Outro exemplo: aqui mesmo no Brasil, pareceu melhor, durante certo tempo, exportar mais açúcar e importar mais petróleo, ao invés de produzir álcool carburante para mistura com derivados do petróleo.

Ora, a exaustão das fontes não renováveis e as crises políticas só tendem a elevar o preço do petróleo. Ao passo que o progresso tecnológico, a experiência e as economias de escala só farão baixar o preço do álcool carburante.

Um programa energético realístico para o quadro brasileiro deve basear-se nos seguintes pontos:

(I) intensificação do Programa Nacional do Álcool e concentração de esforços na expansão das fontes renováveis, especialmente através do aumento da capacidade de geração hidrelétrica;

(II) alocação de maior parcela do orçamento de investimentos da Petrobrás à pesquisa e à exploração do petróleo; expansão das áreas dos contratos de risco;

(III) não obstante, devemos preparar-nos para conviver, por muitos anos, com forte coeficiente de dependência externa, quanto ao suprimento de petróleo;

(IV) conseqüentemente, prosseguirão os esforços para a racionalização do uso dos derivados de petróleo e sua substituição, sempre que possível, e sem criar tensões inflacionárias, pelo carvão, a energia elétrica e o álcool carburante.

(V) estimular-se-á o transporte coletivo, em substituição ao individual, orientando-se os investimentos no sentido da economia de combustíveis;

(VI) diante da limitação do potencial hidrelétrico a aproveitar, é indispensável prepararmo-nos para a geração termonuclear. Sendo o urânio não renovável, os métodos de reação devem maximizar a sua capacidade de produção energética;

(VII) cumpre prosseguir na pesquisa e no aproveitamento do carvão e do xisto, sem desprezar outras fontes, inclusive as não convencionais, como a energia solar, a eólica, a maremotriz, o hidrogênio e os combustíveis extraídos de outros vegetais.

Tendo o homem como objetivo, o desenvolvimento econômico não pode dissociar-se da construção de uma sociedade mais eqüitativa, baseada na igualdade de oportunidade. Ressalvadas as diferenças de aptidão, aplicação ao trabalho, experiência e qualificação profissional, deve-se perseguir a diminuição das diferenças de rendimentos entre os vários grupos sociais.

Esse ideal só se atingirá, contudo, na medida da possibilidade da universalização do ensino básico, e da profissionalização e qualificação da mão-de-obra.

Nesse sentido, há que articular os diversos graus de ensino e dimensionar as universidades às reais necessidades do mercado de trabalho. Tal política importa, ainda, na revalorização do mestre, em todos os níveis.

A extensão dos serviços de saúde pública, abastecimento de água e rede de esgotos, o combate às grandes endemias, e a extensão das prestações da Previdência Social são outros tantos instrumentos de humanização do desenvolvimento. O processo se completa através de um sistema tributário que, sem desincentivar a poupança

e o esforço individual, diminua as desigualdades econômicas entre as regiões e os indivíduos.

Nas atuais condições do Brasil, o sucesso dos programas de desenvolvimento social depende, em grande parte, do planejamento familiar, respeitada a liberdade de decisão dos casais. Entretanto, os princípios e métodos da paternidade responsável são bem conhecidos pelas classes de maior renda, mas são ignorados precisamente pelas economicamente menos favorecidas. Compete ao Estado estender esse conhecimento a todas as famílias.

A dimensão política, econômica e social do Brasil, e as repercussões que, por essa razão, se projetam aqui, determinam as três condicionantes de nossas relações com o Exterior. Elas são, como sabem Vossas Excelências, o universalismo, o interesse nacional e o respeito aos valores da civilização ocidental, traduzido na expressão «pragmatismo ecumênico responsável».

Assim, a evolução da política externa brasileira está condicionada pela dinâmica do País e da Sociedade, e pelas variações da conjuntura internacional. O Brasil é um país relevante no contexto regional e, mesmo, mundial. Conseqüentemente, desempenhará as crescentes responsabilidades diplomáticas que legitimamente lhe cabem. A possibilidade de conduzir e ampliar um diálogo permanente e simultâneo, em diferentes níveis, como os mais variados países constitui o maior desafio da política externa brasileira.

Nossas Forças Armadas, tranqüilas no cumprimento do dever, saberão garantir-nos o grau de segurança indispensável à presença soberana do País no cenário internacional. Não deixarão, por outro lado, de assegurar a ordem e a paz internas, necessárias à participação política do povo na vida nacional.

Nesse particular, a Emenda Constitucional n.º 11 representa uma nova fase do nosso modelo político, com a institucionalização do regime democrático e a abolição da medidas de exceção.

Importante é, porém, que todos compreendam que democracia não é sinônimo de propostas sem compromisso com a realidade. Mas o regime em que a contrapartida da liberdade é a responsabilidade e a participação.

Abertura política significa menos tutela do Estado sobre os cidadãos, e, no plano administrativo, do Governo Federal sobre os estados e municípios. A ação federal será mais normativa e menos casuística.

Deve refletir-se na simplificação das relações do Governo com o setor privado. Na eliminação do paternalismo. Na minimização dos poderes discricionários. Na redução da burocracia.

Deve traduzir-se, igualmente, em maior liberdade dos estados e municípios, quanto ao emprego das receitas que lhes são destinadas pela Constituição ou pela legislação ordinária.

Abertura também envolve crescente participação do povo na solução de seus problemas. É essencial, por isso, identificar, para solucioná-los, as aspirações das comunidades.

Inúmeros anseios da sociedade brasileira podem ser atendidos com poucos recursos, desde que diagnosticados no espaço e no tempo, e solucionados através de esquemas comunitários.

Órgãos como o MOBREAL e a Legião Brasileira de Assistência devem multiplicar seus esforços nessa direção.

A partir da Emenda Constitucional n.º 11, o Congresso Nacional assume novas dimensões. Cabe-lhe enorme fatia de responsabilidade na defesa do regime democrático. A ARENA deve considerar-se não como Partido do Governo, mas como Partido no Governo.

Da Oposição, espero: fiscalização e crítica construtiva.

Jamais a crítica sistemática e apriorística.

Não a proposição de fórmulas economicamente impossíveis.

Muito menos, a pregação da anarquia e de ideologias incompatíveis com o Estado Democrático.

No que dependa do Presidente da República, já manifestei por diversas vezes minha inabalável determinação de tudo fazer para prosseguir nessa trajetória linear. Resta-me esperar a compreensão, a participação e a colaboração de todos os brasileiros de boa vontade.

De Vossas Excelências, em particular, Senhores Ministros, espero que demonstrem, em todas as circunstâncias, a capacidade a que me referi antes de trabalharem coesamente, em equipe.

Deus nos colocou diante de um desafio que só a união de forças e de propósitos poderá vencer. Espero que assim seja.

É isso que desejo fazer, com a participação decidida de Vossas Excelências. Eu os escolhi para a grande tarefa, o trabalho supremo em bem de nossa Pátria.

Muito obrigado.